

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO.

REQUERIMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº (Do Sr. Deputado João Campos)

Requer a realização de audiência pública para discutir a situação funcional dos trabalhadores da Secretaria do Patrimônio da União bem como reabertura de um processo de negociação junto ao Ministério do Planejamento visando à reestruturação dessa Carreira com a devida valorização e reconhecimento dos servidores que a integram.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exa a realização de audiência pública nesta Comissão para que possamos discutir a situação funcional dos trabalhadores da Secretaria do Patrimônio da União bem como a reabertura de um processo de negociação junto ao Ministério do Planejamento visando à reestruturação dessa Carreira com a devida valorização e reconhecimento dos servidores que integram. A audiência deverá contar com a presença dos seguintes expositores:

- 1) - Paulo Bernardo da Silva – Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão;**
- 2) - Giberto Jorge Cordeiro Gomes – Diretor da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal;**
- 3) - Reinaldo M. Redorat - Vice-Presidente da Associação Nacional dos Servidores da Secretaria do Patrimônio da União – ANASP.**

JUSTIFICATIVA

A Secretaria do Patrimônio da União – SPU existe há 160 anos.

Tem por competência administrar um patrimônio imobiliário da nação com mais de 3 milhões de imóveis. É um patrimônio pertencente ao povo brasileiro, dos quais, em todos estes anos, apenas 20% foram devidamente identificados e cadastrados.

É inegável a importância da SPU na administração pública federal e, a cada dia, novas atribuições lhe são conferidas, como a destinação das terras públicas em atendimento a sua função sócio-ambiental.

Diversas entidades federais, muito mais novas que a SPU, já se organizaram, se estruturaram, criaram seus planos de carreira e prestam bons e relevantes serviços ao povo brasileiro. Inúmeros os exemplos: AGU, Analista Tributário, Auditores, Procuradores, Banco Central do Brasil, IBAMA, MMA, ICMBio, IPEA, Ministérios da Fazenda, da Cultura, e outros, ABIN (antigo, malquisto e malvisto SNI), DNPM, DNIT, Polícia Rodoviária Federal. Isto sem falar nas recém criadas Agências, nas carreiras transversais de analistas e tantas outras de maior, ou menor, importância.

A Lei 11.095/2005 criou a Gratificação de Incremento à Atividade de Administração do Patrimônio da União – GIAPU. Esta gratificação, consoante a conclusão do **Grupo de Trabalho criado pela Portaria/MP nº. 362, de 16 de junho de 2004**, visa dar “tratamento isonômico [aos servidores da SPU] com as demais carreiras de Estado atuantes nas áreas de arrecadação e fiscalização”, reforçando o entendimento de que “as especificidades das atribuições da Secretaria do Patrimônio da União são superiores às da Secretaria da Receita Federal”.

Os valores foram: **R\$ 1600,00** para NS; **R\$ 950,00** para NI e **R\$550,00** para NA.

A **GIAPU**, aliada ao incremento de DASs propiciou o aumento do efetivo da instituição – de 901 em 2004 para 1610 em 2009 – dos quais apenas metade pertence ao PGPE – e da arrecadação – de R\$ 209 milhões em 2004, para R\$ 459 milhões em 2009.

Ainda em 2005, como resultado das mesas de negociação com o governo, foi elaborado um Plano de Carreira para a SPU – processo nº 03110005460/2005-98. A proposta foi ajustada com a SRH/MP em fevereiro de

2006 – processo nº 04905001064/2006-99 e posteriormente “engolida” pelo período eleitoral. Dele não se teve mais notícia.

Em 2007 foi criado um **Grupo de Trabalho de Modernização da GIAPU – Portaria SPU nº 258, de 31 de agosto de 2007**, que destacou a necessidade de um Plano de Carreira para a SPU, além de propor, dentre outras medidas, o **realinhamento dos valores da GIAPU**, tendo como referência a média das gratificações concedidas às demais instituições do Governo Federal, especialmente aquelas que exercem atividades específicas de estado, a exemplo da SPU.

O proposto foi: **R\$ 4.112,00** para NS, **R\$ 2.517,00** para NM e **R\$ 1.016,00** para NA.

A SPU encaminhou o relatório a SRH, que formou um **GT** para discuti-lo – **Portaria SRH nº 722 de 07/4/2008**, composto de membros da própria SRH, da SPU e dos servidores.

Desnecessárias as infundáveis discussões do GT/SRH, pois, o Governo usou de seu poder de persuasão – **a força** – e impôs um “**Termo de Acordo**” assinado em **18/7/2008**, que foi inserido na **MP 441/08**, com valores bem inferiores àqueles propostos pelo GT/SPU:

- a partir de **1º/7/2008** = **R\$ 2.069,00** para NS; **R\$ 1.242,00** para NM e **R\$ 645,00** para NA.
- a partir de **1º/7/2009** = **R\$ 3.050,00** para NS; **R\$1.438,00** para NM e **R\$ 758,00** para NA.

Constou, também, do Termo de Acordo que a SRH retomaria as discussões ainda no segundo semestre de 2008, uma vez que diversos tópicos deixaram de ser contemplados, inclusive o aumento da gratificação a partir de julho de 2010, como está previsto para as demais categorias do PGPE.

Entretanto, somente no segundo semestre de 2009 é que a SRH constituiu novo **GT composto pela SRH/SPU/CONDSEF/ANASP** – com o objetivo específico de analisar as alternativas e sugestões apontadas no Relatório do Grupo de Trabalho instituído pela já mencionada Portaria SRH nº 722, de 7 de abril de 2008, composto pela SRH/MP e SPU/MP.

No mesmo período, o Governo enviou ao Congresso Nacional um Projeto de Lei (PL nº 5.920/2009) que propõe nova estrutura remuneratória para os cargos efetivos de Engenheiro, Arquiteto, Economista, Estatístico e Geólogo, com remuneração equivalente à dos Analistas de Infraestrutura, ou seja, o dobro dos valores atualmente recebidos por aqueles profissionais no último nível da tabela salarial do PGPE.

Tal PL coloca em risco, para não dizer que sepulta, a GIAPU, na medida em que permitirá a migração destes trabalhadores para outros órgãos em que sua remuneração não dependa do cumprimento e superação de metas e inibirá a vinda de mais mão-de-obra qualificada.

Tal fato fez com que a SPU criasse, em fins de 2009, novo **GT – Portaria SPU nº 201 de 09.10.2009** – com o objetivo de propor o realinhamento da GIAPU a níveis competitivos com o PL.

Porém, antes mesmo da divulgação dos resultados deste GT/SPU, a Senhora Eliane Cruz, na reunião do dia 8/12/2009 do GT/SRH, informou que o Governo concederia Gratificação de Atividade aos servidores da SPU. Mais, ainda, informou que o Governo não via mais óbices na implantação de um plano de carreira para a SPU. Nova reunião ficou marcada para 26/01/2010.

Assim a SPU criou novo **GT – Portaria SPU nº 285 de 28/12/2009** que elaborou proposta de Gratificação Específica de Atividade Patrimonial Imobiliária da União – GEAPIU, nos valores:

- **R\$ 3.200,00** para NS; **R\$ 1.960,00** para NM e **R\$ 1.100,00** para NA.

Na reunião do GT/SRH, de 26 de janeiro, presentes os Secretários Adjuntos da SPU, Jorge Arzabe e Louise Ritzel, as propostas de realinhamento da GIAPU e da instituição da GEAPIU foram apresentadas. Nova reunião ficou marcada para o dia 1º de março.

As expectativas foram frustradas com sucessivos adiamentos, até que a SRH anunciou a suspensão das negociações. O que não ocorreu com o INEP, FNDE, AGU e outros.

Mas, no início de março de 2010, o Secretário Adjunto da SPU, Jorge Arzabe, discutiu aquelas propostas com o Secretário Executivo do MP, João Bernardo, que teria rechaçado a gratificação de atividade (que segundo a SRH, teria sido por ele mesmo sugerida) e aceito a proposta de realinhamento da GIAPU, que lhe foi entregue na forma de minuta de Medida Provisória, com os seguintes valores:

- **R\$ 6.317,00** para NS; **R\$ 3.750,00** para NM e **R\$ 2.171,00** para NA.

Por outro lado, os servidores têm a convicção de que gratificações, por maiores que sejam, não atendem às necessidades do Órgão. Assim, conseguiram, ainda no mês de março último, da Senhora Secretária do Patrimônio da União que fosse constituído um novo Grupo de Trabalho, o GT – Portaria SPU nº 85 de 15/4/2010, que, apesar da exiguidade de tempo, conseguiu propor a estruturação do Sistema Integrado de Administração do Patrimônio Imobiliário da União e a criação da Carreira de Gestão do

Patrimônio Imobiliário da União, e do Plano Especial de Cargos da Secretaria do Patrimônio Imobiliário da União - PECSPU;

Tantos GTs para tão poucos resultados!

Com a paralisação das negociações, os servidores da SPU decretaram a Greve do setor. As negociações foram restabelecidas, porém a SRH não apresentou qualquer proposta concreta ao longo dos três últimos encontros (em maio de 2010), limitando-se a informar que não negociariam com os servidores em greve.

Mais do que isso, se propuseram a exterminar com a nossa gratificação – **a GIAPU**, equiparando-a às demais gratificações em uso na Esplanada.

Estas as razões que evidenciam a necessidade da realização de uma Audiência Pública na Câmara dos Deputados, em que o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão seja compelido a esclarecer suas propostas de reajustamento da GIAPU e outras, se houver, para os servidores da Secretaria do Patrimônio da União.

Sala das Sessões, em de de 2010.

JOÃO CAMPOS
Deputado Federal